



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ - PI

CNPJ: 01.000.359/0001-21



Id:030E634C08A164D5

 ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ANGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Lei Complementar nº001/07 Jaicós - PI, 03 de dezembro de 2007.

Senhor Prefeito,

Tendo em vista haver necessidade de adequar o Orçamento deste Poder Legislativo no ano de 2022, solicitamos a ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) visando atender essa insuficiência orçamentária obedecendo as seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR
0103100012001	31.90.11	Vencimentos e Vantagens fixas-Pessoal civil	R\$ 240.000,00

O crédito aberto na forma anterior será coberto com recursos provenientes da anulação da dotação do executivo.

Aproveitamos o ensejo para renovar a V. Exa., protestos de elevado apreço e distinta consideração.

LINDOMAR GONÇALVES DE ALENCAR
 Lindomar Gonçalves de Alencar

Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Piauí/PI

VIA DO INTERESSADO


 Prefeitura Municipal de São Pedro do Piauí
 Endereço: Avenida Presidente Vargas, 531, CENTRO, 64430-000,
 São Pedro do Piauí-PI
 CNPJ: 06.554.810/0001-76
PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº do Processo	001.0007631/2022
Orgão Responsável	CÂMARA MUNICIPAL
Data/Hora de Entrada	25/10/2022 08:49:48
Processo sigiloso	Não
Instaurado por	Anielson Santos Moraes
Interessado	CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ
CPF/CNPJ do Interessado	01.000.359/0001-21
Tipo do Interessado	Outros
Objeto	CORRESPONDENCIA OFICIAL
Detalhe do Objeto	OFÍCIO Nº 49/2022 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.
Observação	


 ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ANGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Parágrafo Único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 5º - É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

Art. 6º - É proibido o desvio de função ou atribuir-se ao servidor encargos ou serviços diferentes daqueles próprios de seu cargo.

CAPÍTULO II**DO PROVIMENTO****SEÇÃO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 7º - São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - a aptidão física e mental.

§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, e para quais serão reservadas no mínimo dez por cento e no máximo vinte por cento das vagas oferecidas no concurso.

Art. 8º - O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato do Prefeito Municipal, permitida a delegação de competência.

Art. 9º - A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 10º - São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - promoção;

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAIÇOS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeitura@jacos@firme.com.br

III - readaptação;
IV - reversão;
V - aproveitamento;
VI - reintegração;
VII - recondução.

SEÇÃO II

DA NOMEAÇÃO

Art. 11º - A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;

II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial, poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 12º - A nomeação para cargo efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixará diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Municipal e seus regulamentos.

SEÇÃO III

DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 13º - A investidura em cargo de provimento efetivo será feita mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, podendo ser utilizadas, também, provas práticas ou prático-orais.

Art. 14º - O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário dos Municípios e em jornal diário de grande circulação.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAIÇOS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeitura@jacos@firme.com.br

§ 2º - Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade ainda não expirado.

Art. 15º - O edital do concurso estabelecerá os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos.

SEÇÃO IV

DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 16º - Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada por tempo assinado pela autoridade competente e pelo empossando.

§ 1º - No respectivo termo deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 2º - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.

§ 3º - Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 4º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 5º - No ato da posse o funcionário apresentará obrigatoriamente declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º - Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 2º.

§ 7º - Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de provimento, em licença prevista nos incisos I, II, III, IV, e V do art. 77, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, III e V do art. 34, o prazo será contado do término do impedimento.

Art. 17º - A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAIÇOS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeitura@jacos@firme.com.br

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 18º - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

§ 1º - À autoridade competente do órgão ou entidade para onde designado o funcionário compete dar-lhe exercício.

§ 2º - É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 3º - O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo.

§ 4º - O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.

Art. 19º - O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

§ 1º - Ao entrar em exercício, o servidor apresentará, ao órgão competente, os elementos necessários ao assentamento individual.

§ 2º - É obrigatório o registro da frequência do servidor na unidade administrativa onde tem lotação na conformidade com as normas regulamentares.

Art. 20º - A promoção não interrompe o tempo de exercício que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data da publicação do ato que promover o servidor.

Art. 21º - Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

Parágrafo único. O exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAIÇOS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeitura@jacos@firme.com.br

SEÇÃO V - DA ESTABILIDADE

Art. 22º - São estáveis, após 3 (três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

Art. 23 - O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurado ampla defesa.

Art. 23º-A - Promoção é a elevação do servidor ao posicionamento imediatamente superior àquela a que pertence, na respectiva carreira.

§ 1º - A promoção obedecerá aos critérios de merecimento e antiguidade, na forma do regulamento.

§ 2º - A promoção na carreira dar-se-á sempre de um posicionamento para o seguinte, imediatamente após o período de qualificação mediante comprovação.

§ 3º - É vedada a promoção do servidor durante estágio probatório.

SEÇÃO VI

DA READAPTAÇÃO

Art. 24º - Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

§ 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o servidor será aposentado.

§ 2º - A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

§ 3º - Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do servidor.

SEÇÃO VII

DA REVERSÃO

Art. 25º - Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 26º - A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

Parágrafo único. Encontrando-se provido este cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 27º - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ANGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

SEÇÃO VIII

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 28º - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observado os seguintes fatores:

- I - assiduidade;
- II - disciplina;
- III - capacidade de iniciativa;
- IV - produtividade;
- V - responsabilidade.

Art. 29º - O chefe imediato do servidor em estágio probatório informará a seu respeito, reservadamente, 120 (cento e vinte) dias antes do término do período, ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

§ 1º - De posse da informação, órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do servidor em estágio.
 § 2º - Se o parecer for contrário à permanência do servidor, dar-se-lhe-á conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa da autoridade municipal competente, que decidirá sobre a exoneração ou a manutenção do servidor.

§ 4º - Se a autoridade considerar aconselhável a exoneração do servidor, ser-lhe-á encaminhado o respectivo ato; caso contrário fica automaticamente ratificado o ato de nomeação.

§ 5º - A apuração dos requisitos mencionados no art. 28 deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, possa ser feita antes de findo o período do estágio probatório.

Art. 30º - Ficará dispensado de novo estágio probatório o servidor estável que for nomeado para outro cargo público municipal.

Art. 31º - O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ANGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

SEÇÃO IX

DA REINTEGRAÇÃO

Art. 32º - A reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º - Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos artigos 38 a 40.
 § 2º - Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aproveitamento em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade remunerada.

Art. 32º-A - Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

- I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
 - II - reintegração do anterior ocupante.
- Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado conforme disposto no Art. 43 da Lei em análise.

CAPÍTULO III

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 33º - A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 34º - Além das ausências ao serviço previstas no artigo 90 são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

- I - férias;
- II - exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgão ou entidade federal, estadual, municipal ou distrital;
- III - participação em programa de treinamento, instituído e autorizado pelo respectivo órgão ou repartição municipal;
- IV - desempenho de mandato eletivo, federal, estadual, municipal, ou do Distrito Federal, exceto para promoção por merecimento;
- V - júri, e outros serviços obrigatórios por lei;
- VI - licenças previstas nos incisos I, III e IV do artigo 77.
- VII - licença;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ANGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

- a) à gestante, à adotante e à paternidade;
- b) para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Município, em cargo de provimento efetivo;
- c) para o desempenho de mandato classista ou participação de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores para prestar serviços a seus membros, exceto para efeito de promoção por merecimento;
- d) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;
- e) para capacitação, conforme dispuser o regulamento;
- f) por convocação para o serviço militar.

Art. 35º - Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

- I - o tempo de serviço público prestado à União, aos Estados, Municípios e Distrito Federal;
- II - licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, com remuneração;
- III - a licença para atividade política, no caso do art. 80, § 1º;
- IV - o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, anterior ao ingresso no serviço público municipal;
- V - o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social;
- VI - o tempo de serviço relativo a tiro de guerra;
- VII - o tempo de licença para tratamento da própria saúde que exceder o prazo a que se refere a alínea "b" do inciso VII do art. 34º.

§ 1º - O tempo em que o servidor esteve aposentado será contado apenas para nova aposentadoria.
 § 2º - Será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.

§ 3º - É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.

Art. 36º - O servidor da administração direta, submetida ao regime estatutário, ocupante de cargo ou função pública, terá direito à contagem de tempo de efetivo exercício de serviço público, para fins de quinquênio.

Parágrafo único. Para efeito de quinquênio de que trata este artigo, considera-se tempo de efetivo exercício de serviço público



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ANGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Aquele que o servidor houver prestado, mediante vínculo de natureza permanente, inclusive celetista, à administração direta de qualquer dos Poderes do Município, assim como às suas autarquias e fundações públicas.

Art. 37º - Para efeito de quinquênio prevalecerão para o servidor público municipal que já receba o benefício, as normas em vigor na data de sua concessão.

CAPÍTULO IV

DA VACÂNCIA

Art. 38º - A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - promoção;
- IV - readaptação;
- V - aposentadoria;
- VI - posse em outro cargo inacumulável;
- VII - falecimento.

Art. 39º - A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

- I - quando não satisfecitas as condições do estágio probatório;
- II - quando, por decorrência de prazo, ficar extinta a disponibilidade;
- III - quando, tendo tomado posse, não entrar no exercício.

Art. 40º - A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio servidor.

Art. 41º - A vaga ocorrerá na data:

- I - do falecimento;
- II - imediata àquela em que o servidor completar 70 (setenta) anos de idade;
- III - da publicação da lei que criar o cargo e conceder dotação para o seu provimento ou, da que determinar esta última medida, se o cargo já estiver criado, ou ainda, do ato que aposentar,

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

Exonerar, demitir ou conceder promoção.

CAPÍTULO V

DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO

Art. 42º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral.

Art. 43º - O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório no prazo de 12 (doze) meses em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. O órgão de pessoal determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 44º - O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física ou mental, por junta médica oficial.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no art. 42, o servidor posto em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão de pessoal da Administração Pública Municipal, até o seu adequado aproveitamento em outro órgão ou entidade.

Art. 45º - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Parágrafo único. A hipótese prevista neste artigo configurará abandono de cargo apurado mediante inquérito na forma desta Lei.

CAPÍTULO VI

DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 46º - Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 1º - A substituição será gratuita, salvo se exceder a 30 (trinta) dias, quando será remunerada e por todo o período.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

§ 2º - No caso de substituição remunerada, o substituto perceberá o vencimento do cargo em que se der a substituição, salvo se optar pelo do seu cargo.

§ 3º - Em caso excepcional, atendida a conveniência da Administração, o titular do cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, como substituto para outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação ou designação do titular, devendo, nesse caso, optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.

Art. 47º - O disposto no artigo anterior aplica-se aos titulares de unidades administrativas organizadas em nível de assessoria.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 48º - Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Parágrafo único. Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário-mínimo.

Art. 49º - Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

§ 1º - O vencimento dos cargos públicos é irredutível.

§ 2º - É assegurado a isonomia de vencimento para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Art. 50º - Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelo Secretário Municipal.

Parágrafo único. Excluem-se do teto de remuneração as vantagens previstas nos incisos II a VII do art. 62.

Art. 51º - A menor remuneração atribuída aos cargos de carreira não será inferior a 1/12 (um doze avos) do teto da remuneração



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

Fixada no artigo anterior.

Art. 52º - O servidor perderá:

I - a remuneração dos dias em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Art. 53º - Salvo por imposição legal, ou mandato judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

Art. 54º - As reposições e indenizações ao Erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração ou provento.

§ 1º - A reposição será feita em uma única parcela quando constatado pagamento indevido no mês anterior ao do processamento da folha.

§ 2º - Independentemente do parcelamento previsto neste artigo, o recebimento de quantias indevidas poderá implicar processo disciplinar para apuração das responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 55º - O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado, ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, ou ainda aquele cuja dívida relativa a reposição seja superior a cinco vezes o valor de sua remuneração terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

§ 1º - A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

§ 2º - Os valores percebidos pelo servidor, em razão de decisão liminar, de qualquer medida de caráter antecipatório ou de sentença, posteriormente cassada ou revista, deverão ser repostos no prazo de trinta dias, contados da notificação para fazê-lo, sob pena de inscrição em dívida ativa.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

Art. 56º - O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

CAPÍTULO II

DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 57º - O servidor terá sua Previdência Social compreendida pelo Regime Jurídico Único do Município de Jaicós, em lei específica, a Lei Municipal nº 630 de 26 de maio de 1992, que tem por fim assegurar meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

CAPÍTULO III

DAS VANTAGENS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58º - Além do vencimento e da remuneração, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I - diárias;
- II - gratificações;
- III - adicionais;
- IV - abono família;

Parágrafo único. As gratificações e os adicionais somente se incorporarão ao vencimento ou provento nos casos indicados em lei.

Art. 59º - As vantagens previstas no inciso II e III do artigo anterior não serão computadas nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

SEÇÃO II

DAS DIÁRIAS

Art. 60º - O servidor que, a serviço, se afastar do Município em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional fará jus passagens e diárias, para cobrir as despesas de

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Pousada, alimentação e locomoção.

§ 1º - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo dezoito pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

§ 2º - Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus às diárias.

Art. 61º - O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, deverá restituir as diárias recebidas em excesso, em igual prazo.

SEÇÃO III

DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 62º - Além dos vencimentos e das vantagens previstas nesta Lei serão deferidos aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:

- I - gratificação de função;
- II - gratificação natalina;
- III - adicional por tempo de serviço;
- IV - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;
- V - adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- VI - adicional noturno;
- VII - abono familiar.

SUBSEÇÃO I

DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Art. 63º - Ao servidor investido em função de chefia é devida uma gratificação pelo seu exercício.

Parágrafo Único. Os percentuais de gratificação serão estabelecidos em lei.

Art. 64º - A Lei Municipal estabelecerá o valor da remuneração dos cargos em comissão e das gratificações previstas no artigo anterior.



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Parágrafo Único. A remuneração pelo exercício do cargo em comissão, bem como a referente às gratificações de função, não será incorporada ao vencimento ou à remuneração do servidor.

Art. 65º - O exercício de função gratificada ou de cargo em comissão só assegurará direitos ao servidor durante o período em que estiver exercendo o cargo ou a função.

Parágrafo Único. Afastando-se do cargo em comissão ou da função gratificada, o servidor perderá a respectiva remuneração.

SUBSEÇÃO II

DA GRATIFICAÇÃO NATALINA

Art. 66º - A Gratificação de Natal será paga, anualmente, a todo servidor municipal, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 1º - a Gratificação de Natal corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente.

§ 2º - A Gratificação de Natal será calculada somente sobre o vencimento do servidor, nele não incluídas as vantagens.

§ 3º - A Gratificação de Natal poderá ser paga em duas parcelas, a primeira até o dia 30 (trinta) de junho e a segunda até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano.

§ 4º - O pagamento de cada parcela se fará tomando por base a remuneração do mês em que ocorrer o pagamento.

§ 5º - a segunda parcela será calculada com base na remuneração em vigor no mês de dezembro, abatida a importância da primeira parcela, pelo valor pago.

Art. 67º - Caso o servidor deixe o exercício público municipal, a Gratificação de Natal ser-lhe-á paga proporcionalmente ao número de meses de exercício no ano, com base na remuneração do mês em que ocorrer a exoneração ou demissão.

Art. 68º - A fração igual ou superior a quinze dias considerada como mês integral.

SUBSEÇÃO III

DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 69º - O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5% (cinco por cento) a cada cinco anos de serviço público efetivo



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

prestado ao Município, observado o limite máximo de 07 (sete) quinqüênios, incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo, ainda que investido o servidor em função ou cargo de confiança.

§ 1º - O adicional é devido a partir do dia imediato àquele em que o servidor completar o tempo de serviço exigido.

§ 2º - O servidor que exercer, cumulativamente mais de um cargo, terá direito ao adicional calculado sobre o vencimento de maior monta.

SUBSEÇÃO IV

DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

PERICULOSIDADE OU PENOSIDADE

Art. 70º - Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a uma gratificação sobre o vencimento básico do cargo efetivo.

§ 1º - O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.

§ 2º - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.

Art. 71º - Haverá permanente controle da atividade de servidor em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo Único. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.

Art. 72º - Na concessão dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

§ 1º - Os locais de trabalho e os servidores que operam com raios X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

§ 2º - Os servidores a que se refere este artigo serão submetidos anualmente a exames médicos.

SUBSEÇÃO V

DO ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 73º - O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Art. 74º - Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

SUBSEÇÃO VI

DO ADICIONAL NOTURNO

Art. 75º - O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor/hora acrescido de mais 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

SUBSEÇÃO VII

DO ABONO FAMILIAR

Art. 76º - O servidor terá seu abono familiar compreendido pelo Regime de Previdência Municipal (FUNPREJ).

Art. 77º - Conceder-se-á ao servidor licença:

- I - convocação para o serviço militar;
- II - para capacitação, conforme dispuser o regulamento;
- III - para atividade política;
- IV - para desempenho de mandato classista;
- V - para tratar de interesses particulares;
- VI - por motivo de doença em pessoa da família;
- VII - à gestante, a adotante e à paternidade.

Parágrafo Único. O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 36 (trinta e seis) meses, salvo nos casos dos incisos I, II, III e IV.

Art. 78º - A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

Prorrogação.

Art. 79° - Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença à vista de documento oficial.

§ 1° - Do vencimento do servidor será descontada a importância percebida na qualidade de incorporado, salvo se tiver havido opção pelas vantagens do serviço militar.

§ 2° - Ao servidor desincorporado será concedido prazo não excedente a 07 (sete) dias para reassumir o exercício sem perda do vencimento.

SEÇÃO III

DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

Art. 80° - O servidor terá direito a licença sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1° - A partir do registro da candidatura e até o 10° (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença como se em efetivo estivesse, sem prejuízo de sua remuneração, mediante comunicação, por escrito, do afastamento.

§ 2° - O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha sua função e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, assistência, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o dia seguinte ao do pleito.

§ 3° - O disposto no § 1° não se aplica aos ocupantes de cargo em comissão.

SEÇÃO IV

DA LICENÇA PARA TRATAR

DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 81° - A critério da Administração poderá ser concedida ao servidor, após estágio probatório licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de 03 (três) anos consecutivos, sem remuneração.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

§ 1° - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2° - Não se concederá nova licença antes de decorridos 02 (dois) anos de término da anterior.

§ 3° - O servidor deverá aguardar em exercício a consecução da licença.

Art. 82° - Ao servidor efetivo poderá ser concedida ainda licença para acompanhar cônjuge ou companheiro que for deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

SEÇÃO V

DA LICENÇA PARA O DESEMPENHO

DE MANDATO CLASSISTA

Art. 83° - É assegurado ao servidor o direito a licença para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, sem remuneração.

§ 1° - Somente poderão ser licenciados os servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de 03 (três) por entidades.

§ 2° - A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogado no caso de reeleição e por uma única vez.

§ 3° - O servidor ocupante de cargo em comissão ou função gratificada deverá desincompatibilizar-se do cargo ou função quando empossar-se no mandato de que trata este artigo.

SEÇÃO VI

DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO

Art. 84° - Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor fará jus ao afastamento do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

§ 1° - O servidor interessado em gozar a licença de que trata o caput deste artigo poderá optar por participar de cursos e capacitação profissional no âmbito da Administração ou fora desta, desde que comprove que este tenha, no mínimo 120 (cento e vinte)

horas de carga horária.

§ 2° - O Município fica obrigado a ofertar no prazo de 10 (dez) anos, curso de capacitação profissional aos servidores que preencham os requisitos para a concessão da licença do que trata o caput deste artigo.

§ 3° - Uma vez comprovado que o Município não cumpriu com as obrigações de que tratam os §§ 1° e 2° deste artigo, a autoridade competente, a requerimento do servidor interessado, deverá conceder em até 01 (um) ano a licença de que trata o caput deste artigo, independente da participação do servidor em curso de capacitação.

§ 4° - Os períodos de licença-capacitação já adquiridos e não gozados pelo servidor público que vier a falecer ou aposentar-se por invalidez, serão convertidos em pecúnia, em favor de seus beneficiários ou pagos por ocasião da aposentadoria.

§ 5° - Não se concederá licença para capacitação ao servidor que no período aquisitivo tiver gozado as licenças previstas no Art. 77, incisos V e VI, e no Art. 34, inciso VII, alínea b).

Parágrafo único. Os períodos de licença de que trata o caput deste artigo são acumuláveis por até 02 (dois) períodos.

Art. 84-A - Poderá ser concedida licença ao servidor efetivo por motivo de doença em pessoa do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto, da madrasta, enteado ou dependente que via às suas expensas e conte de seu assentamento funcional, mediante comprovação de junta médica oficial.

§ 1° - A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§ 2° - A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, mediante parecer de junta médica oficial, excedendo estes prazos, sem remuneração por até noventa dias.

Art. 84-B - Será concedida licença à servidora gestante por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

Art. 84-C - À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança serão concedidos:

I - 120 (cento e vinte) dias de licença remunerada se a criança tiver menos de 06 (seis) meses de idade.

II - 60 (sessenta) dias de licença remunerada nos casos de adoção de criança com idade superior a 6 (seis) meses e inferior a 2 (dois) anos de idade.

III - 30 (trinta) dias de licença remunerada no caso de adoção de criança de idade superior a 2 (dois) anos e inferior a 12 (doze) meses.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo a concessão do direito a licença se dará mediante requerimento administrativo onde deverá se apresentar registro de nascimento, liminar ou termo judicial de guarda da criança sob pena de indeferimento do pedido.

CAPÍTULO V - DO AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO

Art. 85° - Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal, estadual ou municipal, ficará afastado do cargo;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

§ 1° - No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

§ 2° - O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

CAPÍTULO VI - DAS FÉRIAS

Art. 86° - O servidor gozará, obrigatoriamente, 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, concedidas de acordo com a escolha organizada pela chefia imediata.

§ 1° - A escala de férias poderá ser alterada por autoridade superior, ouvido o chefe imediato do servidor.

§ 2° - As férias serão reduzidas a 20 (vinte) dias quando o servidor contar, no período aquisitivo, com mais de 09 (nove) faltas, não justificadas, ao trabalho.

§ 3° - Somente depois de 12 (doze) meses de exercício o servidor terá direito a férias.

§ 4° - Durante as férias, o servidor terá direito, além do vencimento, a todas as vantagens que percebia no momento em que passou a fruí-las.

§ 5° - Será permitida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em dinheiro, mediante requerimento do servidor, apresentado 30 (trinta) dias antes do seu início, vedada qualquer outra hipótese de convenção em dinheiro.

Art. 87° - É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de 02 (dois) períodos, testada a necessidade pelo chefe imediato do servidor.

Art. 88° - Perderá o direito a férias o servidor que, no período aquisitivo, houver gozado das licenças a que se referem os incisos IV e V do art. 77.

Art. 89° - Independentemente de solicitação será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias.

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Art. 90° - O servidor que opera direta e permanentemente com raios X ou substâncias radioativas gozará, obrigatoriamente, 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Art. 91° - O servidor em regime de acumulação lícita perceberá o adicional calculado sobre a remuneração dos cargos, cujo período aquisitivo lhe garanta o gozo de férias.

Parágrafo único. O adicional de férias será devido em função de cada cargo exercido pelo servidor.

CAPÍTULO VII DAS CONCESSÕES

Art. 92° - Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

- I - por 1 (um) dia, para doação de sangue;
- II - por 02 (dois) dias, para se alistar como eleitor;
- III - por 07 (sete) dias consecutivos, em razão de:
 - a) casamento;
 - b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 93° - Só poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 93-A - O servidor público municipal que possuir dependente portador de deficiência física, mental ou sensorial que gere incapacidade para a vida independente, quando comprovada por junta médica oficial, terá carga horária reduzida à metade, independente de compensação de horário.

Parágrafo único. Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independente da compensação de horário.

CAPÍTULO VIII DO EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Art. 94° - Ao servidor municipal investido em mandato eletivo aplicam-se as disposições previstas na Constituição da República.

Parágrafo único. O servidor investido em mandato eletivo municipal é inamovível de ofício pelo tempo de duração de seu mandato.

CAPÍTULO IX DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 95° - A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família compreende a assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica prestada pelo Sistema Único de Saúde ou diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou ainda mediante convênio, na forma estabelecida em ato próprio.

CAPÍTULO X DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 96° - É assegurado ao servidor requerer aos Poderes Públicos em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Art. 97° - O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 98° - Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 99° - Caberá recurso:

- I - do indeferimento do pedido de reconsideração;
- II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1° - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2° - O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Art. 100° - O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão recorrida.

Art. 101° - O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou de recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 102° - O direito de requerer prescreve:

- I - em 5 (cinco) anos, quando aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou que afetem interesse patrimonial e critérios resultantes das relações de trabalho;
- II - em 60 (sessenta) dias, nos demais casos, salvo quanto outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência, pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 103° - O pedido de reconsideração, e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Parágrafo único. Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia que cessar a interrupção.

Art. 104° - A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração.

Art. 105° - Para o exercício do direito de petição é assegurado vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 106° - A Administração deverá rever seus atos a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 107° - São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de forma maior, devidamente comprovado.

TÍTULO III DO REGIME DISCIPLINAR



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

CAPÍTULO I DOS DEVERES

Art. 108° - São deveres do servidor:

- I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II - ser leal às instituições a que servir;
- III - observar as normas legais e regulamentares;
- IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V - atender com presteza;
- a) ao público em geral prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;
- c) às requisições para a defesa da fazenda pública;
- VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII - zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
- VIII - guardar sigilo sobre assuntos da repartição;
- IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X - ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI - tratar com urbanidade as pessoas;
- XII - representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado o direito de defesa.

SEÇÃO I DAS PROIBIÇÕES

Art. 109° - Ao servidor é proibido:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III - recusar fé a documentos públicos;
- IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- V - promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, salvo a participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que o Município detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comendatário.
XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
XIII - praticar usura sob qualquer de suas formas;
XIV - proceder de forma desidiosa;
XV - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços de atividades particulares;
XVI - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
XVII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
XVIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

SEÇÃO III
DA ACUMULAÇÃO

Art. 110° - Ressalvadas os casos previstos na Constituição da República, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1° - a acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 2° - a proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

§ 3° - considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 111° - O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 111°, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 112° - O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular licitamente 2 (dois) cargos de carreira, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

§ 1° - o afastamento previsto neste artigo ocorrerá apenas em relação a um dos cargos se houver compatibilidade de horários.

§ 2° - o servidor que se afastar de um dos cargos que ocupa poderá optar pela remuneração deste ou pela do cargo em comissão.

SEÇÃO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 113° - O servidor responde, civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 114° - A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros.

§ 1° - A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no art. 54, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2° - Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3° - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 115° - A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 116° - A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 117° - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 118° - A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

SEÇÃO IV

DAS PENALIDADES

Art. 119° - São penalidades disciplinares:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V - destituição de cargo em comissão;
- VI - destituição de função comissionada.

Art. 120° - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 121° - A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 109, incisos I a VIII e XIII, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 122° - A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com a advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infrações sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 90 (noventa) dias.

§ 1° - Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que injustificadamente recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos de penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2° - Quando houver conveniência para o exercício, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 123° - As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 124° - A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I - crime contra a Administração pública;
- II - abandono de cargo;
- III - inassiduidade habitual;
- IV - improbidade administrativa;
- V - incontinência pública e conduta escandalosa;
- VI - insubordinação grave em serviço;
- VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa ou defesa de outrem;
- VIII - aplicação irregular de dinheiro público;
- IX - revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
- X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
- XI - corrupção;
- XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- XIII - transgressão do art. 109, incisos IX a XV.

Art. 125° - Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 134 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

- I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade de transgressão objeto da apuração;
- II - instrução sumária, que corresponde indicação, defesa e relatório;
- III - julgamento.

§ 1° - A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2° - A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicação em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe a vista do processo na repartição, observado o disposto nos arts. 155 e 156.

§ 3º - Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instaurada, para julgamento.

§ 4º - No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no § 3º do art. 159.

§ 5º - A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.

§ 6º - Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º - O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições do Título III desta Lei.

§ 9º - Verificada, em processo disciplinar, acumulação proibida e provada a boa-fé, o servidor optará por um dos cargos.

§ 10º - Provada a má-fé, perderá também o cargo que exercia a mais tempo e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

§ 11º - Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos, emprego ou função exercido em outro órgão ou entidade a demissão lhe será comunicada.

Art. 126º - Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado na atividade falta punível com a demissão.

Art. 127º - A exoneração de cargo em comissão de não ocupante efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de omissão.

Art. 128º - A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do artigo 124, implica



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário sem prejuízo de ação penal cabível.

Art. 129º - A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência ao artigo 109, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do artigo 124, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 130º - Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Art. 131º - Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada por 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Art. 132º - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 133º - As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - Pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo dirigente superior de autarquia e fundação quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão ou entidade;

II - pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso I, quando se tratar de suspensão a 30 (trinta) dias;

III - pelo chefe da repartição e outra autoridade, na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;

IV - pela autoridade que houver feito a nomeação quando se tratar de destituição de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo.

Art. 134º - A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.

II - em 02 (dois) anos, quanto à suspensão.

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência;

§ 1º - O prazo de prescrição começa a decorrer da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º - Interrompido o curso da prescrição, esse recomeçará a correr pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 135º - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Parágrafo único. A apuração de que trata o caput, por solicitação da autoridade a que se refere, poderá ser promovida por autoridade de órgão ou entidade diverso daquele em tenha ocorrido a irregularidade, mediante competência específica para tal finalidade, delegada em caráter permanente ou temporário pelo Prefeito Municipal e pelo presidente da Câmara Municipal, no âmbito do respectivo Poder, órgão ou entidade, preservadas as competências para o julgamento que se seguir à apuração.

Art. 136º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Art. 137º - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 138º - Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a

imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, cassação de aposentadoria, disponibilidade, ou ainda destituição de cargo em comissão será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

SEÇÃO III

DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 139º - Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá ordenar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

SEÇÃO III

DO PROCESSO DISCIPLINAR

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 140º - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar as responsabilidades do servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou, que tenha relação imediata com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 141º - O processo disciplinar conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, observado o disposto no parágrafo único do art. 135, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 1º - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 2º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente de acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Art. 142º - A Comissão de Inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 143º - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

- I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
- II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;
- III - julgamento.

Art. 144º - O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

- § 1º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.
- § 2º - As reuniões de comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

SUBSEÇÃO II
 DO INQUÉRITO

Art. 145º - O inquérito administrativo será contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 146º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.
 Parágrafo único. Na hipótese do relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente de imediata instauração de processo disciplinar.

Art. 147º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Art. 148º - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

- § 1º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.
- § 2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 149º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandato expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandato será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e da hora marcados para a inquirição.

Art. 150º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

- § 1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente.
- § 2º - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que infirmem, proceder-se-á acareação entre os depoentes.

Art. 151º - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos artigos 149 e 150.

- § 1º - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e, sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida acareação entre eles.
- § 2º - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado inferir nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 152º - Quando houver dúvidas sobre a sanidade mental do acusado a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Art. 153º - Tipificada a infração disciplinar será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

- § 1º - O indiciado será citado por mandato expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe a vista do processo na repartição;
- § 2º - Havendo 2 (dois) ou mais indiciados, o prazo será comum de 20 (vinte) dias;
- § 3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro para diligências reputadas indispensáveis.
- § 4º - No caso de recusa do indiciado em opor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 154º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 155º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Órgão Oficial do Município e em jornal de grande circulação na localidade, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias, a partir da última publicação do edital.

Art. 156º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

- § 1º - A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.
- § 2º - Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
- § 3º - Ao advogado é assegurado o direito de retirar os autos da repartição, mediante recibo, durante o prazo para manifestação de seu constituinte, salvo na hipótese de prazo comum.

Art. 157º - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará em que se baseou para formar a sua convicção.

- § 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor;
- § 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
 GABINETE DA PREFEITA
 CNPJ. 06.553.762/0001-00
 END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
 CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
 Prefeiturajaicos@firme.com.br

Art. 158º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SUBSEÇÃO III
 DO JULGAMENTO

Art. 159º - No prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

- § 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente que decidirá em igual prazo.
- § 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição de pena mais grave.
- § 3º - Se a penalidade prevista for a de demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata o inciso I do art. 133.

Art. 160º - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

- § 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.
- § 2º - Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrário à prova dos autos.

Art. 161º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

- § 1º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.
- § 2º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 134, § 1º, será responsabilizada na forma desta Lei.

Art. 162º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 163º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração de ação penal, ficando um traslado na repartição.

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

Art. 164º - O servidor que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo Único. Ocorrida a exoneração de que trata o artigo 39, parágrafo único, inciso I, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 165 - São assegurados transportes e diárias:
I - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;

II - aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial para esclarecimento dos fatos.

SUBSEÇÃO IV

DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 166º - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo;

§ 2º - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 167º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 168º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 169º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Ministério Público ou autoridade equivalente, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo Único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do art. 141.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

Art. 170º - A revisão ocorrerá em apenso ao processo originário.
Parágrafo Único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 171º - A comissão revisora terá (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 172º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 173º - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 133.

Parágrafo Único. O prazo para julgamento será de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 174º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo Único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO IV

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 175º - O Dia do Servidor Público será comemorado a 28 (vinte e oito) de outubro.

Art. 176º - Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o último, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 177º - Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

Art. 178º - Ao servidor público civil é assegurado o direito a livre associação sindical e o direito de greve, na forma da legislação federal.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 179º - Para todos os efeitos previstos nesta Lei e em leis do Município, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por junta médica oficial do Município ou, na sua falta, por médico credenciado.

§ 1º - Em casos especiais, atendendo à natureza da enfermidade, autoridade municipal poderá designar junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte, obrigatoriamente, o médico do Município ou o médico credenciado pela autoridade municipal.

§ 2º - Os atestados médicos concedidos aos servidores municipais, quando em tratamento fora do Município, terão sua validade condicionada à ratificação posterior pelo médico do Município.

Art. 180º - É vedado exigir atestado de ideologia como condição de posse ou exercício em cargo público.

Art. 181º - A presente Lei aplicar-se-á aos servidores da Câmara Municipal, cabendo ao Presidente desta as atribuições reservadas ao Prefeito Municipal, quando for o caso.

Art. 182º - Poderão ser admitidos, para cargos adequados, servidores de capacidade física reduzida, aplicando-se processos especiais de seleção.

Art. 183º - A jornada de trabalho nas repartições municipais será fixada por decreto do Prefeito Municipal.

Art. 184º - O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à execução da presente Lei.

Art. 185º - A Lei Municipal estabelecerá critérios para a compatibilização de seus quadros de pessoal ao disposto nesta Lei e à reforma administrativa decorrente.

Art. 186º - A Lei Municipal fixará as diretrizes dos planos de carreira para a Administração Direta, as autarquias e as fundações municipais, de acordo com suas peculiaridades.

Art. 187º - Poderão ser instituídos, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, os seguintes incentivos funcionais, além



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ. 06.553.762/0001-00
END.: PÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/N, BAIRRO SERRANÓPOLIS
CEP.: 64.575-000 FONE: (89) 3457 - 1132 / 1861
Prefeiturajaicos@firme.com.br

daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

I - prêmios pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento da produtividade e redução dos custos operacionais; e

II - concessão de medalhas, diploma de honra ao mérito, condecoração e elogio.

Art. 188º - Os instrumentos de procuração utilizados para recebimento de direitos ou vantagens de servidores municipais terão validade por 12 (doze) meses, devendo ser renovados após findo esse prazo.

Art. 189º - Para os fins desta Lei, considera-se Sede do Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício, em caráter permanente.

Art. 190º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Jaicós - Estado do Piauí, em 03 de dezembro de 2007.

Sancionamento,

Sônia Maria de Sousa Ribeiro Reis
SONIA MARIA DE SOUSA RIBEIRO REIS
Prefeita Municipal

(Continua na próxima página)

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JAICÓS-PI
CNPJ: 07450.927/0001-72
Email: camarajaicos@outlook.com Site: jaicos.pi.leg.br/jaicos

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins convenientes, a requerimento do Poder Executivo Municipal, que compulsando os anais deste Poder Legislativo, constatou-se que a **Lei Complementar nº 01/2007 - Estatuto dos Servidores Municipais do município de Jaicós** foi publicado nos murais dos órgãos públicos, inclusive Câmara Municipal, em 03 de dezembro de 2007, na forma do artigo 28, parágrafo único da Constituição do Estado do Piauí, em vigor na época, que veio sofrer alteração pela Emenda Constitucional Estadual, de 16 de dezembro de 2009.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente certidão em duas vias de um só teor e pela qual dou fé.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Jaicós - PI, 19 de agosto de 2022.

João Bosco Evangelista Lima
Presidente

Id:0471A8C4662B6586



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA GRANDE
AV. MARTINS RIBEIRO, S/N CENTRO
01612581/0001-85 Exercício: 2022

DECRETO Nº 26 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.372

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE ILHA GRANDE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 2.324.717,15 distribuídos as seguintes dotações:

Código	Descrição	Valor	F.R.
01 01 00	CÂMARA MUNICIPAL		
809	01.031.0001.2001.0000 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL	2.717,15	
	4.6.90.71.01 AMORTIZACAO DA DÍVIDA CONTRATUAL		F.R.: 1 500 00
	500 Recursos não vinculados de Impostos		
	999 000 Não se aplica		
02 05 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC		
88	12.361.0006.2012.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA	30.000,00	
	3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		F.R.: 1 500 00
	500 Recursos não vinculados de Impostos		
	200 000 Educação - Despesas com MDE		
92	12.361.0006.2012.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA	50.000,00	
	3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO		F.R.: 1 500 00
	500 Recursos não vinculados de Impostos		
	200 000 Educação - Despesas com MDE		
94	12.361.0006.2012.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA	10.000,00	
	3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		F.R.: 1 500 00
	500 Recursos não vinculados de Impostos		
	200 000 Educação - Despesas com MDE		
810	12.361.0006.2018.0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	80.000,00	
	3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO		F.R.: 1 571 12
	571 Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses vinc		
	999 000 Não se aplica		
814	12.361.0006.2012.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA	20.000,00	
	3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		F.R.: 1 704 42
	704 Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural		
	999 000 Não se aplica		

DECRETO Nº 26 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.372

Código	Descrição	Valor	F.R.
02 05 02	FUNDO DE DESENV. E VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA-FUNDEB		
147	12.361.0006.1006.0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS MU	101.000,00	
	4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES		F.R.: 1 540 12
	540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		
	999 000 Não se aplica		
162	12.361.0006.2022.0000 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS COM OS PROF. DO ENSINC	20.000,00	
	3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		F.R.: 1 540 12
	540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		
	230 000 FUNDEB - Profissionais da Educação Básic		
165	12.361.0006.2022.0000 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS COM OS PROF. DO ENSINC	185.000,00	
	3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		F.R.: 1 540 12
	540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		
	230 000 FUNDEB - Profissionais da Educação Básic		
176	12.361.0006.2024.0000 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS COM OS SERV. ADMINISTR	33.000,00	
	3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO		F.R.: 1 540 12
	540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		
	999 000 Não se aplica		
178	12.361.0006.2024.0000 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS COM OS SERV. ADMINISTR	80.000,00	
	3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 1 540 12
	540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		
	999 000 Não se aplica		
198	12.365.0006.2023.0000 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS COM OS PROF. DO ENSINC	200.000,00	
	3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		F.R.: 1 542 12
	542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		
	230 000 FUNDEB - Profissionais da Educação Básic		
199	12.365.0006.2023.0000 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS COM OS PROF. DO ENSINC	82.000,00	
	3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		F.R.: 1 540 12
	540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		
	230 000 FUNDEB - Profissionais da Educação Básic		

DECRETO Nº 26 , DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.372

Código	Descrição	Valor	F.R.
02 06 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
230	10.301.0013.2035.0000 SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	100.000,00	
	3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO		F.R.: 1 600 00
	600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Govern		
	999 000 Não se aplica		
234	10.301.0013.2035.0000 SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	35.000,00	
	3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 1 600 00
	600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Govern		
	999 000 Não se aplica		
235	10.301.0013.2035.0000 SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	43.500,00	
	3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 1 600 00
	600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Govern		
	999 000 Não se aplica		
296	10.303.0013.2036.0000 AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE	110.000,00	
	3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		F.R.: 1 600 00
	600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Govern		
	999 000 Não se aplica		
297	10.303.0013.2036.0000 AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE	55.000,00	
	3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		F.R.: 1 600 00
	600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Govern		
	999 000 Não se aplica		
304	10.303.0013.2042.0000 ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	10.000,00	
	3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		F.R.: 1 600 00
	600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Govern		
	999 000 Não se aplica		
312	10.303.0013.2081.0000 NUCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA	20.000,00	
	3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS		F.R.: 1 600 00
	600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Govern		
	999 000 Não se aplica		
337	10.305.0022.2037.0000 AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E CONTROLE DE D	30.000,00	
	3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		F.R.: 1 600 00
	600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Govern		
	999 000 Não se aplica		

(Continua na próxima página)